

ANÍSIO TEIXEIRA E A UDF: QUE LICÕES NOS OFERECEM?

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

Introdução

Estudando a história das instituições universitárias no Brasil, percebemos a partir da década de 1920 um intenso debate a respeito da concepção e das funções da universidade, desencadeado na ABE- Associação Brasileira de Educação e na ABC- Academia Brasileira de Ciências.

Nos anos 30, não só no campo da escola básica, mas também no do ensino superior, as realizações mais expressivas resultam de grupos cujas origens estão na ABE. Entre os exemplos mais eloqüentes em termos de universidade, registra-se a criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF). Nesse período, observa-se, também, por parte do Governo Federal, a preocupação de implementar reformas centralizadoras, atribuindo ao Estado poder para exercer sua tutela sobre os domínios do ensino no país. Tratava-se, como assinala Moraes (1990), de adaptar a educação a certas diretrizes que, a partir de 1930, vão sendo definidas tanto no campo político

quanto no educacional, com vistas a criar um ensino mais adequado à “modernização” do país, com ênfase na capacitação para o trabalho e na formação de “elites”. “Um ensino que se constituísse no complemento da obra revolucionária, orientando e organizando a nacionalidade” (*idem*, p. 169). A propósito, em seu Manifesto à Nação, lançado em junho de 1934, Getúlio Vargas afirma explicitamente: “O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exibir. A escola, no Brasil, terá de produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus mais variados misteres” (VARGAS, 1938, p. 246, v. III). E acrescenta alguns outros aspectos considerados necessários para que a educação exerça seu papel: a formação da nacionalidade e o patriotismo (*idem*, p. 129, v. III).

É durante a década de 30, que o Governo Federal elabora seu projeto universitário, adotando uma série de medidas, entre as quais se destacam: a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1931, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1935 e pela institucionalização da Universidade do Brasil, em 1937, como modelo padrão para as demais universidades existentes no país.

A tendência centralizadora, em relação às instituições de ensino superior, aparece na exposição de motivos do Ministro Francisco Campos, ao encaminhar seu projeto de reforma, quando deixa claro que com a reorganização da Universidade do

Rio de Janeiro ela constituirá o modelo para as Universidades e Institutos equiparados, para os quais foram adotadas as normas destinadas ao regime universitário no Estatuto das Universidades Brasileiras (CAMPOS, 1931).

Essa posição do Ministro soa mais forte quando se tem presente, de um lado, que subjacente às suas idéias sobre política educacional está a crença de que a reforma da sociedade se faz mediante a reforma da escola e, de outro, a certeza de que ao Estado cabe a responsabilidade e o controle da educação. Neste sentido, o decreto que cria e regulamenta o Conselho Nacional de Educação, em 1931, associado ao que dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras e o relativo à reorganização da Universidade do Rio de Janeiro, promulgados no mesmo dia e integrando o projeto de reforma do ensino superior do país, são bastante elucidativos.

Apesar das medidas centralizadoras do Governo em relação às instituições universitárias nos anos 30, houve iniciativas que expressaram posições contrárias. Destacamos, em especial, a criação da Universidade de São Paulo - USP (1934) e da Universidade do Distrito Federal - UDF (1935), essa última, objeto desta comunicação. Todavia, não podemos esquecer que, dada a natureza das transformações pelas quais passava o país, nesse período, sobretudo a partir de 1935, o processo de estruturação e direcionamento do sistema de ensino na capital da República não ocorre sem problemas. É exatamente nesses anos conturbados de nossa história que a administração de Anísio Teixeira à frente da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal se desenvolve, recebendo

como bem mostra o professor Paschoal Lemme, “todo o impacto dos acontecimentos contraditórios nele verificados” (LEMME, 1988, p. 122).

A estruturação do sistema público de ensino no Distrito Federal se faz, assim perpassada por conflitos, sobretudo com a criação da Universidade que, para Anísio, se apresenta como o ápice de um processo. “Exatamente como acontecera quando da introdução do ensino secundário [técnico] no sistema escolar municipal, nasce a Universidade sob o fogo de seus

opositores” (LIMA, 1978, p. 182). Antes mesmo de sua criação e nos momentos iniciais de sua implantação, vive sérios enfrentamentos por parte de grupos existentes na sociedade civil — católicos, integralistas etc — e de representantes do poder político instituído.

Apesar de todas as controvérsias e dificuldades, Anísio procura implantar, de 1931 a 1935, um verdadeiro sistema público de educação integrado, que compreendia desde a educação pré-escolar até a universidade (LEMME, 1988, p. 163).

A UDF: DA IDÉIA AO PROJETO

A UDF surge como um empreendimento que procura materializar “as concepções e propostas da intelectualidade que, ligada à ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira de criação da universidade como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada” (ALMEIDA, 1989, p. 195).

Instituída no Rio de Janeiro, capital da República, pelo Decreto Municipal nº 5.513/35, apesar de ter existido por período inferior a quatro anos, essa instituição universitária marcou significativamente a história da universidade no país, sobretudo levando-se em conta o contexto em que se dão sua criação e extinção e a forma como tais fatos ocorreram. Vale lembrar que, desde o início, apesar de grandes obstáculos, ela surge não somente com uma definição precisa e original do sentido e das funções da Universidade, mas também presentifica os mecanismos que se fazem necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos.

Enquanto projeto, é de se destacar a dimensão cultural atribuída à Universidade do Distrito Federal, contida nos “considerandos introdutórios”, que acompanha o Decreto nº 5.513, de 4 de abril de 1935, assinado por Pedro Ernesto, instituindo a UDF. Vejamos:

- a cidade do Rio de Janeiro constitui um centro de cultura nacional de ampla irradiação sobre todo o País;
- os recursos financeiros do Distrito Federal são inferiores apenas ao de um dos Estados brasileiros;
- o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística é essencial para o aperfeiçoamento e o progresso da comunidade local e nacional;
- a fundação de uma Universidade é o meio natural de fazer cumprir esses objetivos;
- uma nova Universidade no Distrito Federal se pode compor inicialmente de instituições de natureza diversa das mantidas pelo governo Federal;

- o número de estudantes do Distrito Federal e dos que afluem dos outros estados ao centro de cultura do país é de tal ordem que justifica a existência de mais uma Universidade;
- as instituições particulares superiores que se vêm fundando são uma demonstração desta necessidade, que vai sendo, assim, atendida de forma imperfeita e pouco eficiente;
- a Constituição Federal determina que os Estados e o Distrito Federal organizem os seus sistemas escolares compreendendo todos os níveis de ensino;
- o Governo do Distrito Federal já mantém ensino de nível primário, secundário e superior; este, entre tanto, restrito à Escola de Professores do Instituto de Educação;
- o Conselho consultivo do Distrito Federal já autorizou aumentos de despesa correspondentes aos necessários para a instalação inicial da Universidade e a serem destinados a fins igualmente culturais;
- em conseqüência, torna-se, assim, dever do Estado a fundação da Universidade do Distrito Federal e que, além disso, essa é a forma de consagrar pela autonomia cultural a atual autonomia política (*apud*. Prefeitura do Distrito Federal, 1935, p. 3).

Coerente com tais pressupostos, Anísio Teixeira finaliza seu discurso proferido na inauguração dos cursos da Universidade (31.07.35) com as seguintes palavras:

“Dedicada à cultura e à liberdade, a Universidade do Distrito Federal nasce sob um signo sagrado, que a fará trabalhar e lutar por um mundo de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanas do Brasil de ontem”. (TEIXEIRA, 1998, p.43).

Procurando mostrar como se deve processar a relação entre universidade, cultura e aperfeiçoamento dentro da sociedade brasileira, e como aquela instituição poderá contribuir para superar distorções então presentes nas atividades intelectual e cultural no país, Anísio adverte: “A cultura brasileira se ressentida, sobretudo, da falta de quadros regulares para a sua formação. Em países de tradição universitária, a cultura une, socializa e coordena o pensamento e a ação. No Brasil, a cultura isola, diferencia, separa” (*ibid*, p. 40). E complementa:

“a heterogeneidade e a deficiência das diferentes culturas individuais e individualistas fazem com que o campo de ação intelectual e pública, no país, se constitua um campo de lutas mesquinhas e pessoais, em que se entredevoram, sem brilho e sem glória, os poucos homens de inteligência e de imaginação que ainda possuímos”. (*ibid*, p. 41).

A Universidade que se inaugura tem como preocupação preparar quadros intelectuais e acabar com o isolamento denunciado. De acordo com as palavras de seu idealizador, à Universidade cabe destruir esse isolamento, porque a ela compete socializar “a cultura, socializando os meios de adquiri-la. A identidade de processos, a identidade de vida e a própria unidade local fará com que nos cultivemos, em sociedade. Que ganhemos em comum

a cultura” (*ibid*, p. 41-42). E, Anísio insiste:

“o isolamento e o autodidatismo nacionais fazem-nos incoerentes, paradoxais, irritadiços e extravagantes. A opinião intelectual de um país é o reflexo de seus meios e de processos de cultura. A universidade nos vem dar disciplina, ordem, sentido comuns e capacidade de esforço em comum”. (*ibid*, p. 42).

Em suma, de acordo com o explicitado nesse discurso, a fonte para a criação da identidade de um povo e do caráter nacional é a universidade. Nada mais natural do que construí-la através da UDF, sediada na capital da República, indiscutivelmente um dos grandes pólos nacionais de irradiação cultural. É necessário, todavia, que a própria universidade contribua para combater o autodidatismo e o isolamento intelectual. A Universidade que acaba de ser instituída tem como um de seus propósitos constituir-se em núcleo de formação intelectual do país, até aquele momento “formado ao sabor do mais abandonado e precário autodidatismo”. Nessa direção, Anísio é incisivo: a Universidade não tem “nenhuma ‘verdade’ a dar, a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente” (*ibid*, p. 42-3). Pois, “o saber não é um objeto que se recebe das gerações que se foram, o saber é uma atitude de espírito que se forma lentamente ao contato dos que sabem” (*ibid*, p. 35).

Na perspectiva do eminente educador, trata-se menos de preparar quadros formados por indivíduos com domínio do saber existente e da experiência humana acumulada, ou formar pessoas competentes em ofícios úteis, do que criar um ambiente de saber, facilitador da participação de todos

na formação intelectual da experiência humana. Na mesma perspectiva, Anísio assinala: “A Universidade é, pois, na sociedade moderna, uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não as têm, também não têm existência autônoma, vivendo, tão somente, como reflexo dos demais” (*ibid*, p. 34). E, ressalta:

“A função da Universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades”.

Trata-se, insiste ainda,

“de manter uma atmosfera de saber pelo saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva” (*ibid*, p. 35)).

Com essas palavras, chama a atenção para um problema fundamental: uma das características da universidade é ser um *locus* de investigação e de produção de conhecimento.

E, uma das exigências para a concretização de tal proposta é, sem dúvida, o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária. Mas, como pensar em autonomia universitária no limiar do Estado

Novo? Como pensar em liberdade, nos termos defendidos, quando, após o levante de 1935, a abertura, aventada pela Revolução de outubro de 1930, passa a ser vista como um erro a ser corrigido, tendo sido reduzido “o conceito de segurança nacional à segurança contra o comunismo”? (LIMA, 1978, p. 136). Como pensar em liberdade de pensamento e autonomia universitária, quando a “pecha de comunista” passa a ecoar como a de um feitiço da Idade Média e “o atestado de ideologia converteu-se em complemento da cidadania prestante”? (*Ibid.*).

Dentro desse contexto, nos últimos dias de 1935, Pedro Ernesto, Prefeito da capital da República, se vê discriminado por representantes do poder instituído. Mesmo desfrutando de especial relacionamento na área política, está marcado e há, antes de tudo, conforme observa Hermes Lima, “um sacrifício-ritual a executar: o afastamento de Anísio Teixeira” (*Ibidem*, p. 137). Apesar de todas as pressões, o prefeito mantivera-o à frente da Secretaria Geral de Educação e Cultura por quatro anos. No contexto dos acontecimentos políticos daquele ano, a permanência de Anísio na Secretaria não é vista com bons olhos por parte dos grupos ligados ao poder e pela ala de educadores conservadores, sobretudo a católica, uma vez que muitos o encaram como conselheiro político do Prefeito e elemento ligado à insurreição comunista.

Embora Anísio Teixeira não tenha sido preso, como pedia a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, foi forçado a demitir-se, sendo substituído pelo ex-Ministro de Educação, Francisco Campos (HORTA, 1994, p. 41).

“O sacrifício de Anísio corresponde à prioridade da política clerical longamente mobilizada contra sua presença na lide-

rança do sistema educativo carioca. No contexto dos acontecimentos, pura ilusão pensar que esse sacrifício salvaria o Prefeito” (LIMA, 1978, p. 137). Como desfecho da situação, a 1º de dezembro de 1935, Anísio pede exoneração do cargo, aceita por Pedro Ernesto, após enaltecer seus méritos e agradecer o trabalho desenvolvido à frente da Secretaria.

Diante do clima de inquietação e do estado de guerra decretado no país, o destino do fundador da UDF não poderia ser outro: afastamento das funções públicas que vinha exercendo. Exonerado do cargo de Secretário, Anísio recebe o imediato apoio de colaboradores nos serviços de educação do Distrito Federal, alguns dos quais integrantes dos quadros da Universidades e também demissionários, como aparece registrado no abaixo assinado a seguir:

“Espontaneamente demissionários, temos a hombridade de declarar nossa inabalável convicção, hauridos em testemunho quotidiano que o Dr. Anísio Teixeira se manteve alheio a qualquer ideologia política subversiva da ordem constitucional, exclusivamente voltado à cultura nacional, pela educação e só com a educação”. (AT. 35.12.01, série c. CPDOC/FGV)

Entre os signatários, aparecem: Afrânio Peixoto (ex-Reitor da UDF), Antonio Carneiro Leão (ex-Diretor do Departamento de Educação do DF), Roberto Marinho (Diretor da Escola de Ciências) e Gustavo Lessa (Diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais (*Ibid.*)).

A partir de 1936, professores da Universidade do Distrito Federal, juntamente com outros intelectuais e educadores, são

demitidos e presos, como: Hermes Lima - também diretor da Escola de Economia e Direito, Castro Rabello, Leônidas Rezende e Luiz Carpentier.

Nesse contexto, a liberdade e a autonomia universitária, princípios norteadores do projeto de criação da UDF, são atingidos e, aos poucos, a Universidade vai ter de se “ajustar” aos padrões do poder central. Exemplo bem claro dessa ingerência se encontra nos artigos 27 e 37 do Decreto nº 6.215, de 21 de maio de 1938, que reorganiza a Universidade do Distrito Federal. Nesses dispositivos é prevista a nomeação para o cargo de Reitor em comissão, bem

como dos diretores dos institutos, tal como era determinado na Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, que instituiu a Universidade do Brasil, modelo padrão para as demais instituições universitárias existentes no país.

É importante observar que, de acordo com o Decreto de criação da Universidade do Distrito Federal, o reitor, enquanto a Universidade não gozasse de autonomia econômica, “era nomeado pelo Prefeito entre os brasileiros natos, professores de qualquer dos institutos universitários”; o mesmo ocorreria com os diretores dos institutos. Esses dirigentes exerciam um mandato de três anos.

A UDF: UM OLHAR SOBRE SUAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Apesar de todos os problemas e dificuldades enfrentados por essa Universidade, os anos de 1935 e 1936 são destinados à constituição do corpo docente e à organização de seus cursos. Com essa preocupação, buscam-se na Europa professores para aquelas áreas nas quais considerava não haver, no Brasil, profissionais suficientemente preparados.

Carta de Afrânio Peixoto (1935), dirigida a Anísio, confirma essa assertiva:

“Aqui, em Paris, busquei logo informações e estou tomando. Poderíamos ter mesmo o melhor da grande Universidade de Paris, que recruta o melhor da França apenas com um detalhe de contrato. Um grande sábio aqui não abandonaria sua cadeira por nós, por alguns anos, nem mesmo um jovem mestre, com esperanças. Mas o fato geográfico vem auxiliar-nos, há que se pensar no seguinte: contratá-los de março a novembro, deixando dezembro, janeiro, fevereiro à França, ao contato francês, indispensá-

vel a eles, e a nós inútil, dadas as férias. Esse trimestre é o mais importante aqui. O governo francês o permite, assim. Dá-lhes o ordenado integral; anual ... Nós daremos outro tanto, três a quatro contos (tanto, porque, assim o faz a desvalorização de nossa moeda (...)) e 1/3 da passagem; outro 1/3 a França; outro o interessado (...). Assim, teremos professores jovens ou proveitosos, os próprios das grandes Universidades ... Contrato de curto prazo a ensaiar e a renovar. Que diz ? Aliás só deveríamos ter contratos, mesmo para os nacionais... a vitaliciedade é a estagnação ...

O que depreendo do espírito universitário francês está de acordo com que V. pensa o melhor, isto é, um professor de grego, ou geografia, ou filosofia, tanto faz a filologia, o humanismo, a geografia humana, como o b-a-bá da língua grega, da geografia descritiva, da sintaxe corrente. Prepara-se completamente. Não para o

professor de liceu, como em outros lugares. Mas para professor que começa no liceu e pode ir à Sorbonne ou ao Colégio da França. Esta ascensão é função das qualidades individuais, de originalidade ou perfeição. Na promoção Bergson, Jaurès, Beaudrillard, todos foram professores de liceu e um foi ao cimo universitário, o outro ao parlamento e à “História do Socialismo”, o outro ao Instituto Católico e ao arcebispado. Outros ficaram definitivamente nos liceus, culpa de não terem sido como os outros. Mas todos partiram para tudo. Desta forma não há *duplicação*. Para ensinar a *meninos*, e rapazes, a mestres, é indispensável saber logo tudo. Acha ele que se só contratado pode, e deve fazer, no *espaço*, o mesmo que fazem aqui, no tempo, isto é, lecionar *simultaneamente* a alunos e a mestres em dois cursos, graduados, como assistente discente, mas sem necessidade de dois mestres diferentes. Ora, ouvi, aí, a objeção que não se devia importar o grande homem para o ensino de alunos, e apenas dos mestres. (...) os mestres aqui são capazes de dois proveitos, o que para nós é magnífico. Ficaram de dar-me as indicações dos que poderiam ir para nossa livre escolha ulterior (AT. 35.04.10, doc. 5, série t. CPDOC/FGV).

A UDF é instituída, em 1935, com cinco escolas: a Escola de Ciências, o Instituto de Educação, a Escola de Economia e Direito, a Escola de Filosofia e de Letras e o Instituto de Artes, além de instituições complementares. Surge sob uma definição precisa e original do papel e das funções da universidade. O decreto que a institui justifica a necessidade de sua instalação e define como seus fins:

“promover e estimular a cultura a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; encorajar a pesquisa científica, literária e artística; propagar as aquisições das ciências e das artes pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular; formar profissionais e técnicos em diversos ramos e prover a formação do magistério em todos os seus graus” (art. 2º, Decreto nº5.513/35).

A respeito das atividades acadêmicas na Universidade do Distrito Federal, pesquisa realizada por nós, no PROEDS/UFRJ, dá margem a algumas inferências. Em um período em que a tradição brasileira de ensino superior se baseava no ensino de caráter predominantemente profissional, a institucionalização da USP, em 1934, e da UDF, em 1935, irá redirecioná-lo para a ênfase na ciência básica e para um saber “desinteressado”. Decerto, naquele momento, essa mudança vai tornar necessárias as missões estrangeiras de professores, que deixam suas marcas, tanto na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, como na UDF e, mais tarde, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Em 1936, as atividades acadêmicas, na Universidade do Distrito Federal, são iniciadas, com a presença de uma missão francesa. Há registros da atuação de professores lecionando nas Escolas de Economia e Direito e de Filosofia e Letras: Émile Bréhier (História da Filosofia), Eugène Albertini (História da Civilização Romana), Henri Hauser (História Econômica), Henri Tronchon (Literatura Comparada), Gaston Leduc (Economia Social e Organização do Trabalho), Étienne Souriau (Psicologia e Filosofia), Jean BOURCIEZ (Filologia das Línguas Românicas), Jacques Perret (Línguas

de brasileira; encorajar a pesquisa científica, literária e artística; propagar as aquisições das ciências e das artes pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular; formar profissionais e técnicos em diversos ramos e prover a formação do magistério em todos os seus graus” (art. 2º, Decreto nº5.513/35).

e Literatura Greco-Romanas), Pierre Deffontaines (Geografia Humana) e Robert Garric (Literatura Francesa)¹.

Na Escola de Ciências, registra-se a presença, em 1935 e 1936, de Viktor Leinz (Geologia e Mineralogia) e de Bernhard Gross (Física). Em 1937, apenas o primeiro deles permanece.

A presença desses estrangeiros marcou a história dessa Universidade. Carta de Odette Toledo, secretária da UDF, dirigida a Anísio Teixeira, em 1937, confirma essa assertiva. Diz ela: "Os cursos dos franceses tiveram grande sucesso. Notáveis pelos resultados conseguidos com os alunos foram os de Geografia Humana - Deffontaines; História Romana - Albertini; Economia Social - Leduc. De grande repercussão social: Garric, Souriou e Hauser. Deram curso na Academia Brasileira de Letras e fizeram conferências em vários estados em nome da UDF" (Arquivo UDF - PROEDES/UFRJ).

Em que pesem todos os problemas, além dos estrangeiros, os professores dessa Universidade, até sua extinção, constitui um verdadeiro "quem é quem da ciência brasileira fora de São Paulo" (SCHWARTZMAN et al., 1984, p. 212). Entre outros, destacamos: Roberto Marinho de Azevedo, Hermes Lima, Lelio Gama, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Lauro Travassos, Lúcio Costa, Heitor Villa-Lobos, Sergio Buarque de Holanda, Abgar Renault, Antenor Nascentes, Cândido Portinari, He-loisa Alberto Torres, Joaquim Costa Ribeiro, Lourenço Filho e Antonio Carneiro Leão.

A despeito de todos os reveses, mesmo após as demissões e prisões de professores, segundo Odette Toledo, "a Universidade funcionou regularmente em

1936. Resistiu à nova crise do princípio do ano, dando mais uma prova de vitalidade, embora tenha decrescido sensivelmente o número de inscrições, como era natural" (*Ibid.*). Mesmo assim, os professores que permaneceram, a partir desse ano, em especial na Escola de Ciências, tentaram levar adiante o projeto inicial de formar um convívio dos mais agradáveis. De acordo com o professor Leinz, foi introduzido um sistema, que se usava na Alemanha, de realizar excursões com os alunos. Assim, para mostrar a geologia do Distrito Federal, ele desenvolveu vários trabalhos práticos. Em entrevista, concedida ao CPDOC/FGV, em 1977, assinala:

"Nós íamos pela manhã, ou para Copacabana — pois ainda tinha muitas pedreiras — ou para a praia. Eu explicava a influência do mar. Nossos alunos tentavam reconhecer rochas e minerais por métodos simples, mais modernos. Em 1937, fiz uma excursão muito grande com os alunos, para sua formatura em Minas Gerais (...). Fizemos uma viagem para conhecer toda Minas Gerais. Para conhecer o manganês, para conhecer ferro, para conhecer Morro Velho, para conhecer Itabira (...). Os alunos já eram pessoas formadas (...), mas grande parte nunca tinha saído do Distrito Federal (...). Eu forçava muito o trabalho prático, o manuseio do material (...). É extremamente importante, para não ser livresco. A Universidade permitiu, pois havia verba, que fosse importado todo o material desejado. E importamos, essencialmente da Alemanha, projetores, material de ensino, mapas, minerais, lâminas, microscópios. Os livros foram fornecidos pela Universidade. E, nesse clima, rapidamente tivemos uma ins-

talação, muito boa para sua época, de Geologia e Mineralogia (Entrevista do prof. Leinz, 1977, p. 21-4, CPDOC/FGV).

O trabalho do professor Leinz, em particular essa excursão de Geologia à Minas Gerais, deixou marcas profundas em seus alunos. A respeito, o discurso de Newton Dias Santos, graduando do 3º ano de História Natural, em 8 de novembro de 1937, é bastante elucidativo, quando registra:

“Essa excursão trouxe-nos vantagens de várias ordens... Apoiando-nos sobre conhecimentos ministrados no curso [Mineralogia e Geologia], reafirmando ora uns, lembrando ora outros, veio ela ligar fatos até então isolados, e estabelecer, seguramente, uma cadeia contínua que deu a nosso Curso de Geologia uma solidez incontestável. Nossa visão ampliou-se; o que vimos em Minas Gerais ligou-se perfeitamente aos conhecimentos adquiridos em aula e laboratório, consolidando-se eficientemente. A associação de fatos e de idéias foi rica e bastante aproveitável. Nosso curso de Geologia teria tido uma falha lamentável se não acrescentasse, ao programa de seu curso, uma visão de Geologia do Brasil (...). Era necessário que nós, futuros professores e guias de jovens estudantes, tivéssemos visto de perto, com os próprios olhos, o patrimônio geológico e mineralógico de nosso país, a fim de sentir toda a exuberância de nossa riqueza, que devemos olhar... Mas não é só esse lado, legado pela natureza, que devemos olhar (...), pois, ao defrontamento com a realidade, inconscientemente, ao mesmo tempo que admiramos a prodigalidade da natureza, somos feridos pelo abandono e pela ineficiência de nosso trabalho em re-

lação às possibilidades atingíveis. Já é tempo de olharmos nossos defeitos, mais do que nossas qualidades.

Sobre o pico do Itabira nossa visão dominava, inteiramente, a vasta região fértil brasileira; ali a natureza depositou a maior jazida de ferro do mundo não para os brasileiros dela se vangloriarem, mas dela se utilizarem”. (SANTOS, 1937).

Nesse discurso, o aluno faz uma apreciação do Curso de História Natural e observa que, ressaltado o problema da falta de laboratórios próprios² a Escola tinha pessoal qualificado em condições de contribuir para a formação de pesquisadores. De forma enfática, assinala:

“Ela [a UDF] preencheu uma lacuna considerável no ensino universitário do país, mas parece-me que o seu verdadeiro método reside no espírito realmente científico, que anima alunos e mestres. A Universidade do Distrito Federal, apesar de suas múltiplas localizações, vive; ela é ativa e não tem o aspecto rotineiro das universidades tradicionais.” (Ibid.)

Uma evidência desse caráter ativo da Universidade e de suas preocupações em formar pesquisadores se manifesta, também, por meio da criação de centros de estudos. Nessa direção, graças à presença de Deffontaines, surge, em 1936, o *Centro de Estudos Geográficos*, tendo como preocupação desenvolver trabalhos e pesquisas com a participação de professores, alunos e ex-alunos, em especial, sobre Geografia do Brasil. Em outubro de 1937, é instituído o *Centro de Estudos Eugène Albertini*, com o objetivo de intensificar e aprofundar os debates sobre a civilização romana e propiciar a publicação de teses

e trabalhos especializados dos sócios. Ainda em 1936, é criado o *Centro de Estudos Sociológicos*, tendo a sua frente dois professores brasileiros: Gilberto Freyre e Heloisa Alberto Torres. Como os demais Centros de Estudos da Universidade, é organizado como um espaço de investigação e discussão.

Quanto à organização acadêmica, apresentava algumas exigências que favoreciam a formação de pesquisadores, em comparação ao que existia, no período, em termos de instituições de ensino superior, como por exemplo: participação dos alunos em trabalhos práticos desenvolvidos pelos professores nos diferentes cursos, participação em pesquisas e nas atividades dos centros de estudos. Merece registro, também, uma certa preocupação para que os cursos se realizassem com grande seletividade, o que significou, na Escola de Ciências, onde esse processo era mais acentuado, a redução de cerca de 50% do número de alunos da primeira para a terceira série (PENNA JÚNIOR, 1937). Conforme depoimento do professor Herman Lent, no caso da Escola de Ciências, embora esta se dissesse formadora de professores para

o secundário, seus professores davam maior ênfase à pesquisa (LENT, 1977, CPDOC/FGV).

Leinz, por sua vez, faz, ainda, referência à presença de dois assistentes em cada cadeira como fator importante para dar início à criação de uma escola. Segundo ele, tal fato contribuiu para que, na Geologia, logo se desse início à realização de pesquisas, uma sobre o método utilizado por essa área de conhecimento, outra sobre o da paleontologia. Mas, com a Lei de Desacumulação de Cargos, em 1937, os assistentes passaram a ser, em geral, recém-formados, o que resultou “em grande vantagem para eles e não grande vantagem para o ensino” (LEINZ, 1977, p. 31).

A propósito dessa lei, observa-se que ela representou, de imediato, prejuízo para a formação de pesquisadores na Universidade, uma vez que excelentes professores e pesquisadores ficaram fora da UDF, restringindo-se as possibilidades de experiências e de trabalhos de campo, como acontecia com professores que eram também de Manguinhos e que podiam levar os alunos para lá, complementando a parte prática do trabalho nesta instituição.

O IMPEDIMENTO DA UDF

Uma das hipóteses com a qual trabalhamos no estudo sobre a história dessa Universidade é a de se tramarmos, inclusive no nível do Ministério da Educação e Saúde Pública, o seu impedimento, a sua extinção, desde que foi criada. Anísio, de certo, percebia isso. Retornemos ao seu discurso:

“Muitos julgavam que a Universidade poderia existir, no Brasil, não para libertar,

mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida. Conhecemos, todos, a linguagem desse reacionarismo. Ela é matusalênica.

(...) É que liberdade, meus senhores, é uma conquista que está sempre por fazer. Desejamo-la para nós, mas nem sempre a queremos para os outros. Há, na liberdade, qualquer coisa de indeterminado e de

imprevisível, o que faz com que só possam amar os que realmente tiverem provado, até o fundo, a insignificância da vida humana, sem o acre sabor desse perigo. Por isso é que a Universidade é e deve ser a mansão da liberdade. Os homens que a servem e os que, aprendendo, se candidatam a servi-la, devem constituir esse fino escol da espécie para quem a vida só vale pelos ideais que a alimentam. Essa bravura é que os torna invencíveis. Não morreram em vão os que morreram por esse ideal de um "pensamento livre como o ar".

Todos os que desapareceram nessa luta, como todos os que hoje nela se batem, constituem a grande comunhão universitária que celebramos nesta inauguração solene dos nossos cursos." (TEIXEIRA, 1998, p. 43).

Ao ser instalada, em 1935, a Universidade do Distrito Federal surge como um divisor de águas em meio à agitação que marca o país naquele momento e às disputas pelo controle dos rumos da educação nacional. As oposições delineadas em nível oficial são mais decisivas; a crítica à UDF é mais profunda do que deixam prever as falas dos que estão no poder. Como dá a conhecer Hermes Lima,

"brandiam contra a Universidade sobretudo o argumento ideológico. Seria uma Universidade esquerdista, senão comunista, qualificação mágica pela qual o sectarismo integralista e a cegueira ultramontana destruíam qualquer iniciativa, qualquer atitude julgada inconveniente ou prejudicial ao predomínio da reação que comandavam" (LIMA, 1978, p. 183)

A literatura, sobretudo a oficial, fala na incorporação dos cursos da UDF pela Universidade do Brasil (UB). Na verdade,

a UDF é extinta e seus cursos são transferidos para a UB, em 1939, por meio do Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro.

Em nome da disciplina e da ordem, características do regime autoritário em vigor, o Ministro Gustavo Capanema encaminha ao Presidente exposição de motivos que acompanha o decreto acima referido, justificando a destruição da UDF. O modelo padrão de organização universitária se impõe:

"A Universidade do Distrito Federal, mantida pela Prefeitura, ministra cursos (filosofia, ciências, letras, economia, política, pedagogia, etc.) que são essenciais a qualquer universidade. A Universidade do Brasil, mantida pela União, não pode deixar de instituí-los, à semelhança das mais acatadas universidades do mundo, sob pena de permanecer indefinidamente como uma entidade anômala, sempre longe de ser uma honra para o país. Dessa maneira, é fora de dúvida que o caminho mais simples, mais certo e mais econômico é que os cursos da Universidade do Distrito Federal se incorporem à Universidade do Brasil". (GC 36.09.18, doc. 13, série g. CPDOC/ FGV).

Em 1938, em documento encaminhado ao Diretor do DASP, Luiz Simões Lopes, sob o título "Observações sobre a Universidade do Distrito Federal", o Ministro Capanema tece comentários a respeito do Decreto Municipal nº 6.218/38, que reorganiza a UDF, considerando-o inconstitucional, por faltar competência para tanto ao Prefeito. Nessa ocasião, observa:

"A existência da Universidade do Distrito Federal constitui uma situação de indisciplina e de desordem no seio da administração pública do país. O Ministério

da Educação é, ou deve ser, o mantenedor da ordem e da disciplina no terreno da educação (...). É preciso, a bem da ordem, da disciplina, da economia e da eficiência, ou que desapareça a Universidade do Brasil, transferindo-se os seus encargos atuais para a Universidade do Distrito Federal, ou que esta desapareça, passando a Universidade do Brasil a se constituir o único aparelho Universitário da capital da República". (GC 36.09.18, série g, doc. 3. CPDOC/ FGV).

Embora o país vivesse um de seus períodos de mais acentuada repressão, há protestos tanto da imprensa como de intelectuais. A respeito da extinção da UDF, Mário de Andrade, em carta dirigida ao Ministro Capanema, é bastante incisivo:

"Não pude me curvar às razões dadas por você para isso; lastimo dolorosamente que se tenha apagado o único lugar de ensino mais livre, mais moderno, mais pesquisador que nos sobrava no Brasil, depois do que fizeram com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

Esse espírito, mesmo conservados os atuais professores, não conseguirá reviver na Universidade do Brasil, em que a liberdade é frágil, foge às pompas, dos pomposos e das pesadas burocracias". (GC filme 01, fotograma 0786. CPDOC/FGV).

Posicionamento bastante enfático é o de Luiz Camillo de Oliveira Netto, designado para assumir a Reitoria da UDF, na fase da "transferência" de seus cursos para a Universidade do Brasil. Após protestar contra a forma como vinha se efetivando essa "transferência, conclui dizendo: "Como resultado, e único resultado prático, será extinta a Universidade do Distrito Federal, ou seja, destruída, definitivamente, a instituição de ensino de maior importância cultural do Rio de Janeiro e possivelmente de todo o país" (GC filme 43, fotograma 0631. CPDOC/FGV).

A seguir enumera as consequências dessa destruição:

a) a violação dos admiráveis princípios que na Constituição de 10 de novembro de 1937 regulam a iniciativa e a colaboração do Estado para o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes...;

b) o sacrifício de mais de quinhentos alunos que não podem ter a sua formação convenientemente terminada;

c) a dispensa de mais de cinquenta professores, adjuntos e assistentes;

d) o recuo considerável no nosso ensino superior em sua parte fundamental, isto é, no ensino de filosofia, ciências e letras, pois as deficiências consignadas na organização da Faculdade Nacional foram de muito eliminadas nas instituições congêneres dos países civilizados e da própria Universidade do Distrito Federal (*Ibid.*)

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Após um olhar atento sobre as razões apresentadas para se decretar o impedimento da Universidade do Distrito Federal, reiteramos que ela começava a se afirmar como um centro de pensamento

autônomo, de criação de saber, de produção de cultura e de formação de pesquisadores e de professores nos anos 30; procuramos desnudar e entender o que se ocultava/exibia por detrás do aparente,

quando essa Universidade é extinta. Nessa busca, observamos que a realidade que perseguimos, às vezes, estava oculta e era distinta dos fenômenos e do discurso expresso por aqueles que representavam o poder instituído ou a ele estavam ligados.

Tais análises e reflexões nos levaram a pensar o hoje, conduzindo-nos a algumas indagações, como:

- até que ponto aqueles que integram e produzem uma universidade estão conscientes, como fala o mestre Anísio, que a função da universidade não é somente a de difundir conhecimentos, de conservar a experiência humana, ou de preparar práticos ou profissionais, mas de manter uma atmosfera de saber? Saber que resulta de uma atitude de espírito que se forma lentamente no contato com a realidade, através da reflexão, do debate acadêmico-científico e da pesquisa;
- como se expressa, atualmente, o discurso sobre as instituições universitárias públicas e privadas, por parte dos poderes instituídos e o que nos mostra a realidade?
- como na prática nós – professores, alunos e técnicos – temos contribuído para que a Universidade seja de fato “um *locus* de saber vivo e não

morto”? Um espaço de investigação e de produção de conhecimento?

- até que ponto contribuimos para que nossas faculdades ou centros de educação se constituam em espaços vivos de estudos e pesquisas e de elaboração de uma cultura pedagógica, como defende Anísio e não apenas unidades de ensino e muitas vezes de um saber constituído?

Outro ponto a merecer nossa atenção, refere-se à questão da autonomia. Anísio não apenas defende esse princípio como parte da essência da universidade, mas vai além ao afirmar: “a universidade é e deve ser a mansão da liberdade”. Indagamos: temos presente que a autonomia universitária plena nunca existiu no Brasil e que é uma ilusão pensar que ela é uma dádiva ao invés de uma conquista?

Passadas mais de seis décadas, visualizamos a UDF não apenas como uma experiência que apesar de sua curta duração, representou em matéria de instituição universitária, uma alternativa em relação ao modelo estabelecido, que nos oferece elementos para refletirmos e nos posicionarmos em relação às instituições universitárias no país, sobretudo no que se refere ao seu papel atual e à sua contribuição para a sociedade da qual é parte.

NOTAS

¹ A respeito, consultar Universidade do Distrito Federal, *Lições Inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro, 1937.

² Os professores que tinham vínculo com outra instituição, como Manguinhos, Observatório Nacional etc., procuravam integrar os alunos em grupos e laboratórios de pesquisa sob sua responsabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Hermínia Tavares de. Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais: IDESP, 1989, p.188-216.
- ANDRADE, Mário. *Carta dirigida a Gustavo Capanema, em 23.02.1939*. GC/Andrade, M. Doc. 7, 7 série b. CPDOC/FGV
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO - ABE. *O Problema Universitário Brasileiro*. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1929.
- CAMPOS, Francisco. Exposição de Motivos. Reforma do Ensino Superior. *Diário Oficial da União*, 15.04.1931, p.5830/4839.
- CAPANEMA, Gustavo. *Observações sobre a Universidade do Distrito Federal*. GC 36.09.18 doc. 3, série g. CPDOC/ FGV.
- _____. *Exposição de Motivos de 28 de junho de 1938, encaminhando projetos de decreto-leis*. GC 36.09.18, doc.13, série g. CPDOC/ FGV.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. (coord.) *Faculdade Nacional de Filosofia. Projeto ou trama universitária?* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989. Série FNFi, v.1.
- _____. (coord.). *Faculdade Nacional de Filosofia: Depoimentos*. Rio de Janeiro: UFRJ/ FUJB/ CFCH/ FE-PROEDES, 1992. Série FNFi, v.5.
- HORTA, José Silvério Baia. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: Regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- LEINZ, Viktor. *Entrevista concedida ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, em 1977* (História da Ciência, Convênio FINEP/ CPDOC-FGV).
- LEMME, Paschoal. *Memórias*. São Paulo: Cortez; Brasília: INEP, 1988, v.2.
- LENT, Herman. *Entrevista concedida ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, em 1977* (História da Ciência, Convênio FINEP/CPDOC/FGV).
- LIMA, Alceu Amoroso. *Carta dirigida ao Ministro Gustavo Capanema, em 16 de junho de 1935*. GC/ LIMA, A. série b, doc.16. CPDOC/ FGV.
- LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira. Estadista da Educação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MORAES, Maria Célia Marcondes. *Educação e Política no Pensamento de Francisco Campos*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1990 (Tese de Doutorado)
- NETTO, Luiz Camillo de Oliveira. *Carta dirigida ao Secretário do Presidente Vargas, Luiz Vergara*. GC 36.09.18 doc.10, série g. CPDOC/ FGV.
- PEIXOTO, Afrânio. *Carta dirigida a Anísio Teixeira em 1935*. AT 35.04.10, doc.5, série t. CPDOC/FGV.
- PENNA JÚNIOR, Affonso. *Discurso de Affonso Penna Júnior ao assumir a Reitoria da Universidade do Distrito Federal*, em 27 de março de 1936. Arquivo UDF-PROEDES/FE/ UFRJ.
- SANTOS, Newton Dias do. *Discurso pronunciado por aluno do Curso de História Natural da UDF*, 8 de novembro de 1937. Arquivo UDF-PROEDES/ FE/ UFRJ.
- SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: EDUSP, 1984.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- TOLEDO, Odette. *Carta dirigida a Anísio Teixeira em julho de 1937*. Arquivo UDF-PROEDES/FE/UFRJ.
- UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL. *Lições Inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro: UDF, 1937.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, v. 3.
- VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira. A Polêmica da Educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.